



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0025062-76.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito**  
 Documento de Origem: **IP - 331/2012 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Carlos Rodrigo Zanchim**  
 Vítima: **Milton Vieira**

Aos 06 de fevereiro de 2018, às 14:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Ausente o réu Carlos Rodrigo Zanchim. Presente o seu defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima e uma testemunha de acusação. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: CARLOS RODRIGO ZANCHIM, qualificado a fls.18, foi denunciado como incurso no artigo 305 e 306, ambos da Lei nº 9.503/97, com a redação da lei 11.705/08 e artigo 309 da Lei nº 9.503/97, porque em 20.07.2012, por volta de 22h15, no cruzamento das Ruas Jeronimo da Costa Terra com a Rua Elídia Benetti, nesta Comarca, após envolver-se em acidente, para fugir à responsabilidade pena ou civil, sendo que conduzia seu veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool, por litro de sangue igual ou superior a 6(seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determina dependência. Consta que o réu dirigia seu veículo GM/Celta, placas HBM-3298 de São Carlos, na mencionada via pública em estado de embriaguez, momento em que entrou na contramão e veio a colidir na lateral do veículo VW/Fusca, placas CYE-7606, que transitada em sentido contrário. Ato contínuo, depois de discutir com o dono do carro, evadiu-se do local. **A ação é parcialmente procedente**. O laudo de fls.07 comprovou que o réu estava embriagado, com 2,9g/l por litro de sangue, valor considerável. A testemunha ouvida Milton confirmou que o réu colidiu com seu veículo. Disse que o réu falava muito e chegou a provoca-lo. Considerando-se o relato de Milton de que o réu ficou no local por volta de 40 minutos, esperando a polícia, não fica claro o dolo para a prática do artigo 305 (fuga do local do acidente). O réu é revel. Na polícia (fls.18), acabou admitindo ter se envolvido em um acidente. Milton informou que só chegara a pessoa do réu pois conseguiu



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

anotar a placa do carro. Comprovado, pois, que o réu estava embriagado, dirigindo em via pública, acabando por ocasionar acidente, requeiro sua condenação nos termos do artigo mencionado, ressaltando-se que o réu é primário (fls.31/32). **Dada a palavra à DEFESA:**”MM. Juiz: requer-se a absolvição por falta de provas do crime de embriaguez ao volante, observando que o Ministério Público já pediu a absolvição na imputação do crime do artigo 305 do CTB. Não há prova judicial de que o réu dirigia o veículo, já que não foi encontrado na cena do acidente. Assim, requer-se a absolvição. Subsidiariamente, embora revel, o réu na fase policial foi confesso, fazendo jus à atenuante. Além disso, o dano foi reparado antes do recebimento da denúncia, conforme esclarecimento hoje prestado pela vítima. Assim, na terceira fase, deve ser aplicada a redução do arrependimento posterior. No mais, requer-se pena mínima, benefícios legais e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi dito:**”VISTOS. CARLOS RODRIGO ZANCHIM, qualificado a fls.18, foi denunciado como incurso no artigo 305 e 306, ambos da Lei nº 9.503/97, com a redação da lei 11.705/08 e artigo 309 da Lei nº 9.503/97, porque em 20.07.2012, por volta de 22h15, no cruzamento das Ruas Jeronimo da Costa Terra com a Rua Elídia Benetti, nesta Comarca, após envolver-se em acidente, para fugir à responsabilidade pena ou civil, sendo que conduzia seu veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool, por litro de sangue igual ou superior a 6(seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determina dependência. Consta que o réu dirigia seu veículo GM/Celta, placas HBM-3298 de São Carlos, na mencionada via pública em estado de embriaguez, momento em que entrou na contramão e veio a colidir na lateral do veículo VW/Fusca, placas CYE-7606, que transitada em sentido contrário. Ato contínuo, depois de discutir com o dono do carro, evadiu-se do local. Recebida a denúncia (fls.27), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.39). Foi o processo suspenso a teor do artigo 89 da Lei nº9099/95 (fls.55). Descumprida a condição de comparecimento mensal, houve a revogação do benefício (fls.90). Nesta audiência foram ouvidas vítima e uma testemunha de acusação. O réu é revel (fls.99). Nas alegações finais o Ministério Público pediu a absolvição do crime do artigo 305 do CTB e condenação pela embriaguez ao volante. A defesa pediu a absolvição por falta de provas. Subsidiariamente, pediu o reconhecimento da atenuante da confissão na fase policial, com redução pelo arrependimento posterior. No mais, pena mínima e benefícios legais. **É o relatório. DECIDO.** Quanto ao crime do artigo 305 do CTB não há prova para a condenação. A testemunha Milton disse que o réu permaneceu no local à espera da polícia. Somente saiu e lá em razão da não chegada da polícia. Consequentemente, não há dolo neste delito, pois o réu efetivamente não pretendia sair do local e só saiu, aparentemente, porque a polícia não chegou dentro de aproximadamente quarenta minutos. Sem prova desse dolo, a absolvição é de rigor. Quanto ao crime de dirigir embriagado, a embriaguez está provada pelo laudo de fls. 07. A testemunha Milton reforçou a prova. Disse que o réu falava muito e parecia embriagado. Existe prova judicial de que ele vinha dirigindo e bateu no carro da vítima. Embora a vítima não se lembre do nome dele, fez descrição física. E não há dúvida de que era o réu, pois ele mesmo confessou no inquérito (fls.18). Assim, existe prova judicial que reforça a prova do inquérito e autoriza a



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

condenação pelo crime do artigo 306 do CTB. Em favor do réu existe a atenuante da confissão. Havendo reparação do dano, incide a causa de redução do arrependimento posterior (artigo 16 do CP). A reparação do dano aconteceu antes do final do inquérito, conforme depoimento de fls.18 e também a vítima também o mencionou em juízo. O réu é primário e de bons antecedentes (fls.31/32). Observo que não há descrição na denúncia de que não possuísse habilitação, razão pela qual, a despeito da capitulação, tal delito não é objeto do contraditório, e por isso não se pode decidir sobre ele. Ante o exposto, **julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação e: **a) absolvo** CARLOS RODRIGO ZANCHIM da acusação do artigo 305 do CTB, com fundamento no artigo 386, III, do CPP; **b) condeno** CARLOS RODRIGO ZANCHIM como incurso no artigo 306 da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), c.c. artigo 65, III, "d" e artigo 16 do CP. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo-lhe a pena no mínimo legal de 06 (seis) meses de detenção, a serem cumpridos inicialmente em regime aberto, nos termos do artigo 33, e parágrafos do CP, mais 10 (dez) dias-multa, no mínimo legal, já considerada a atenuante da confissão que não pode trazer a sanção abaixo do mínimo, e proibição de obter permissão ou habilitação para dirigir veículos, por 02 (dois) meses. Pelo arrependimento posterior, reduzo a pena em dois terços, perfazendo a pena definitiva de 02 (dois) meses de detenção, a serem cumpridos inicialmente em regime aberto, nos termos do artigo 33, e parágrafos do CP, mais 03 (três) dias-multa, no mínimo legal e proibição de obter permissão ou habilitação para dirigir veículos, por 20 (vinte) dias. Presentes os requisitos legais, **substituo** a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, consistente na **prestação pecuniária**, no valor de 01 (um) salário mínimo, em favor de entidade com destinação social na Comarca de São Carlos, a ser oportunamente indicada. O réu poderá apelar em liberdade. Intime-se o réu por edital. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público: